

RECURSO ESPECIAL Nº 1.822.318 - PR (2019/0184330-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
RECORRIDO : ANTONIO CARLOS LODY JUNIOR
RECORRIDO : CRISTIANO LODY
RECORRIDO : LEONARDO ADRIANO LODY
ADVOGADO : MIGUEL NICOLAU JUNIOR - PR007708

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele Estado** nos Embargos de Declaração no Recurso em Sentido Estrito n. 0000437-95.2018.8.16.0161.

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 3º, 381, III, 619, 620, todos do Código de Processo Penal e 1.025 do do Código de Processo Civil, ao argumento de que o acórdão impugnado, a despeito da oposição de embargos de declaração, seria omissa "quanto à matéria de fato fixada na decisão de pronúncia [...], indicativa de *animus necandi*" (fl. 568).

Indica, ainda, ofensa aos arts. 74, § 1º, 413, 419, do referido *Codex*, uma vez que "afastou prematuramente o *animus necandi* derivado da conduta perpetrada pelos recorridos [...], sob o argumento de que houve mero dolo de lesionar a vítima, mediante prospecção e valoração de prova exauriente, incabível para a etapa, de titularidade exclusiva do Tribunal do Júri, fazendo-o inclusive após admitir elementos de fato que sustentam a tese de tentativa de homicídio" (fl. 568).

Requer o provimento do especial a fim de que seja restabelecida a decisão de pronúncia e, "sucessivamente, acaso não se considere que houve o enfrentamento integral das matérias contidas em aclaratórios, que se remetam os autos ao TJPR para que aprecie os pontos pendentes de omissão" (fl. 599).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 612-615) e admitido o especial na origem (fls. 618-621), o Ministério Público Federal opinou pelo seu provimento (fls. 641-646).

Decido.

O recurso especial é tempestivo, mas não preencheu os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, pois, para se concluir que o agente agiu com *animus necandi*, com a finalidade de restabelecer a decisão de pronúncia, incide a Súmula n. 7 do STJ, como se verá a seguir.

Infere-se dos autos que os recorridos foram denunciados como incursos no art. 121, § 2º, II, III e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, porque, segundo narrou a peça de acusação (fls. 26-27):

Na data de 11 de fevereiro de 2018, no período compreendido entre 02h10min e 02h30min, no pátio da churrascaria "A Padroeira", localizada no km 5 da Rodovia Estadual PR-151, nesta cidade e comarca de Sengés/PR, os denunciados ANTÔNIO CARLOS LODY JUNIOR, CRISTIANO LODY e LEONARDO ADRIANO LODY, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, agindo com *animus necandi*, tentaram matar, mediante pauladas na cabeça, a vítima Vinícius Almeida da Cruz, fazendo-o, ainda, por motivo torpe, uma vez que queriam se vingar da vítima por ela ter se desentendido, momentos antes, com a namorada do denunciado Leonardo e, também, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, já que os denunciados chegaram de forma surpreendente, pararam o veículo e desceram subitamente em direção à vítima Vinícius, que estava sozinho desferindo-lhe pauladas na sua região craniana, dificultando, com isso, sua defesa, e, por fim, de maneira cruel, visto que, para além das pauladas na cabeça, que o fizeram esvair em sangue, arrastaram a vítima pelo chão, como se fosse um animal, causando profundo sofrimento e dor, não se consumando o delito por circunstâncias alheias à vontade dos agentes, uma vez que uma das pessoas que se encontrava no local chamou a atenção dos agressores, possibilitando que a vítima conseguisse sair em disparada e se esconder, quando, então, foi socorrida, hospitalizada e conseguiu se recuperar dos ferimentos ocasionados, conforme boletim de ocorrência de fls. 08/09, ficha de atendimento ambulatorial de fl. 12 e fotografias de fls. 13/18.

Restou apurado que a vítima Vinícius estava no restaurante "A Padroeira" juntamente com seus amigos, quando a pessoa de Milena Rodrigues, namorada do denunciado Leonardo

Lody, teve uma discussão com ele, 'acusando' a vítima de que estava querendo levar Leonardo Lody para beber longe dela, quando, então, Vinícius a xingou. Neste momento, o denunciado Leonardo saiu do banheiro e, presenciando a troca de ofensas, ameaçou a vítima de que "voltaria lhe pegar". Leonardo, então, saiu do local e, por conta deste pequeno entrevero, de forma vingativa e cruel, voltou ao local, aproximadamente 01 (uma) hora mais tarde, na companhia de seu pai Antônio Carlos Lody Junior e de seu irmão Cristiano Lody, para matar a vítima. Ao chegarem no local, de forma súbita, desceram do carro e foram de encontro a vítima, com pedaços de pau e passaram a golpear covardemente a sua cabeça, desferindo-lhe pauladas na região craniana, fazendo, inclusive, com que Vinícius perdesse a consciência. Durante as agressões, uma pessoa que se encontrava no local, com o intuito de evitar a morte da vítima, chamou a atenção dos agressores, o que fez com que Vinícius conseguiu correr e se esconder, ficando no meio do mato, para preservar sua vida, até que pudesse visualizar que os denunciados não estavam mais no local.

Encerrada a fase do *iudicium accusationis*, o Magistrado da Vara Criminal da Comarca de Sengés/PR pronunciou os acusados, em decisão assim fundamentada (fls. 217-221):

No presente caso, a materialidade delitiva se encontra comprovada nos autos de inquérito policial que amparam a presente ação penal, em especial pelo boletim de ocorrência (mov. 12.2), ficha de atendimento ambulatorial (mov.12.3), imagens (mov. 12.4/12.5) e os demais depoimentos prestados no decorrer das investigações, e instrução realizada na fase do sumário de culpa.

Demonstrado, portanto, a materialidade do crime, nota-se que há, também, indícios suficientes de autoria a permitirem a pronúncia dos denunciados ANTONIO CARLOS LODY JUNIOR, CRISTIANO LODY e LEONARDO ADRIANO LODY.

A vítima VINICIUS ALMEIDA DA LUZ, em audiência de instrução, disse que foi até a "Padroeira" em torno de 01h30mim e 02h00mim, tomar uma cerveja, e que entrando no local, viu o acusado Leonardo a namorada dele Milena e Silvia. Disse que após uns minutos saiu para fora do estabelecimento para fumar um cigarro, e encontrou o primo de Milena "xaropinho", relatou que começaram a conversar e logo após Leonardo veio conversar com eles, após algum

tempo Leonardo foi até o banheiro, momento este que Milena veio até ele e começou a lhe xingar. A vítima disse que também xingou Milena, e que Leonardo viu a discussão entre eles, e logo eles saíram do local, e após 15 ou 20 minutos os 03 (três) acusados sendo que dois deles estavam com pedaços de madeira, voltaram ao local. Disse que tomou a primeira paulada por trás perto da sobancelha e outra na testa, momento em que caiu no chão, disse que Marlon seu amigo, foi quem distraiu os acusados, e que ele conseguiu correr para o mato. Afirmou ainda que quando estava caído e tentando se defender eles lhe puxavam e batiam com o pau, e que quando saiu correndo perdeu os sentidos e desmaiou por uns 05 segundos. Disse que os acusados só pararam de lhe bater quando foram distraídos sendo que neste momento conseguiu fugir, ainda afirmou que Leonardo e Milena não aparentavam sinais de embriaguez, e que não viu Antônio Carlos lhe batendo, mais que apenas os outros dois acusados lhe desferiram os golpes.

A testemunha de acusação ERNANI JUNIOR NASCIMENTO, disse que estava conversando com um amigo, quando ouviu um barulho, olhando para trás, já viu Vinícius caído no chão sendo agredido. Afirmou que os 03 (três) acusados estavam com pedaços de pau, sendo que ele conhecia apenas Leonardo. Relatou que no momento da briga, eram os 03 (três) acusados contra a vítima, e que a pessoa de Cristiano teria dito para ninguém se envolver na briga. Disse que socorreu a vítima e levou o mesmo até o Hospital, sendo que Vinícius sangrava muito, disse também, que as pauladas duraram cerca de 01 minuto e meio, e que tem certeza que os 03 (três) acusados estavam com pedaços de madeira, e que Cristiano quando disse para ninguém se envolver usava tom agressivo, por fim, relatou que os acusados desferiram as pauladas na região da cabeça da vítima.

MARLON SANTOS KAPPKE, testemunha de acusação, disse que estava dentro do estabelecimento, e quando saiu viu Leonardo discutindo com vítima. Relatou que viu e ouviu quando Leonardo entrou no carro com Milena, e que Leonardo disse para a vítima que iria ter volta, sendo que pouco tempo depois, chegaram os réus, e começaram a bater na vítima. Disse que os três estavam com pedaços de madeira, e que Vinícius não tinha como se defender.

Relatou que perguntou a Cristiano o que estava acontecendo e que ele respondeu que não era para ele se envolver, pois sobraria para ele. Afirmou que foi "Leo" quem deu a paulada

que derrubou a vítima, e que eles continuavam batendo mesmo a vítima já estando caída no chão.

A testemunha de acusação ELEN ANY KAPPEKE disse que presenciou uma discussão entre Vinicius, Leonardo e Milena, e que viu a ameaça feita por Leonardo a vítima quando este saía de carro. Afirmou que após uns minutos voltaram Leonardo, o pai e irmão dele. Disse que não viu o momento das agressões. Relatou que viu a vítima enfaixada, afirmando também que a família dos acusados tinha envolvimento em outras brigas.

A testemunha de acusação EDIO MARQUES disse trabalha de porteiro no local, e que viu uma discussão entre a vítima, "Léo" e outra pessoa, e que após uns 10 minutos viu Leonardo e mais duas pessoas chegando de carro. Relatou que na briga estavam 03 (três) contra um, e que os acusados já chegaram dando pauladas na vítima. Afirmou que os acusados já tinham arrumado briga no mesmo local, e que Leonardo já tinha arranjado problemas no estabelecimento. Disse que os 03 (três) acusados estavam com pedaço de pau, e ainda, que na discussão que originou a briga, viu a vítima mandando Milena se foder, e que Leonardo era quem aparentava estar mais embriagado, sendo que Milena também estava embriagada.

SILVIA MARA LEMES DE MELO, ouvida como testemunha de acusação, disse que estava no estabelecimento, e que conversou por um tempo com Leonardo e sua namorada, e que pouco tempo chegou Marlon, Elen e Vinicius, sendo que Leonardo, Milena e ela convidaram eles para juntar as mesas. Disse que a vítima saiu para fumar um cigarro, e que Leonardo e Milena saíram logo após, e que neste momento ocorreu a discussão. Relatou que a vítima voltou contando sobre a discussão com Leonardo e Milena, e que logo ele saiu novamente, e neste momento, chegaram Leonardo, e outros dando pauladas na vítima. Disse que foi 03 (três) pessoas contra Vinicius.

A testemunha de acusação DIEGO SABURO NOHARA RODRIGUES, disse que dia dos fatos estava bastante bêbado, e que chegou no local junto com Vinicius, e que eles estavam conversando do lado de fora. Relatou que a vítima falou alto com ele, e Milena achou que eles estavam brigando, e que ela disse a Vinicius que não precisava brigar, neste momento Vinicius disse para Milena não se meter e a mandou tomar no "cú". Disse que Leonardo ouviu os xingamentos e apenas pegou Milena pelo braço e foram embora. Afirmou que viu os acusados chegando de carro e

indo para cima da vítima, e que eram 03 pessoas, com pedaços de pau.

MYLENA DE OLIVEIRA RODRIGUES, ouvida como informante do juízo, disse que estava na "Padroeira" junto com seu namorado Leonardo, e que Silvia chegou depois. Relatou que ela e Leonardo estavam indo embora, e que ela ficou conversando com Diego quando Vinícius chegou e começou a falar alto com Diego querendo brigar, neste momento disse que interveio e falou para Vinícius parar, e que Vinícius a xingou, e a empurrou. Disse que Leonardo viu a cena e veio lhe defender, e que Vinícius xingou Leonardo de "corno". Afirmou que Leonardo a pegou pelo braço e que eles foram embora do local, e que ao chegar em frente à casa de Leonardo, ela desceu do carro, e Leonardo retornou para a "Padroeira" sozinho, disse ainda, que gritou para o pai e irmão de Leonardo, e contou o que havia ocorrido e que os dois seguiram até o local. Relatou por fim que não sabe quem agrediu a vítima, e que Leonardo contou que bateu na vítima, mas não deu detalhes sobre o ocorrido.

A testemunha de defesa, EURIDES MARTINS NETO, EDILSON DE QUEIROZ VIEIRA, VALMIR BISPO DOS SANTOS, EMERSON MARTINS DE SOUZA E NILTON DE ALMEIDA, em nada acrescentaram sobre os fatos.

Em interrogatório o réu ANTONIO CARLOS LODY JUNIOR disse que está arrependido, e que no dia dos fatos foi atrás de Leonardo para ver o que estava acontecendo, e que ele e Cristiano foram apenas para tirar Leonardo do entrevero que estava acontecendo, relatou que Leonardo disse que bateu na vítima com um pedaço de pau que achou lá, afirmou que Cristiano também chegou batendo nas pessoas, pois tem como entrar numa briga sem bater, por fim, disse não ter arma de fogo.

Em interrogatório CRISTIANO LODY, disse que acordou com a fala de Mylena, e que ele e seu pai foram até a "Padroeira", ver o que estava acontecendo, e que quando chegaram viram Leonardo brigando. Disse que deu uns socos na vítima, e que pegou um pedaço de madeira que estava com seu irmão e jogou longe. Disse que só pegou seu irmão e foi embora.

LEONARDO ADRIANO LODY disse em interrogatório, que foi até a "Padroeira" com sua namorada Mylena, e que quando estavam indo embora, foi até o banheiro sozinho, e quando voltou viu que estava acontecendo um bate-boca entre sua namorada, Vinícius e o primo dela. Disse que Vinícius estava xingando sua namorada, e que ele a

empurrou, sendo que ia agredi-la, neste momento Leonardo interveio e levou Mylena até o carro, e enquanto eles estavam saindo, a vítima e mais algumas pessoas ficaram provocando e xingando. Disse que foi até sua residência e quando Mylena desceu do carro, ele retornou para tirar satisfação com Vinícius, e que a vítima ao vê-lo chamou mais pessoas para agredi-lo. Relatou que pegou um pedaço de pau e foi para cima da vítima, e lhe chutou, desferindo duas pauladas contra Vinicius, e que apenas neste momento seu irmão chegou e deu uns tapas na vítima. Afirmou que não tinha intenção de matar a vítima e que está arrependido.

Os depoimentos acima e demais elementos extraídos dos autos, em que pese as teses defensivas, convergem diretamente aos denunciados como autores das pauladas que atingiram a vítima e lhe provocaram lesões, não se consumando a morte por circunstâncias alheias a vontade dos réus.

Requer ainda a defesa, seja o delito desclassificado para o crime do artigo 129, *caput*, do Código Penal, uma vez que não restou comprovado o dolo do delito, porém, tal alegação refere-se diretamente ao mérito da questão, o que apenas poderá ser analisado pelos membros do conselho de sentença, sendo a tese da defesa arguida em plenário, portando, ante a materialidade e os indícios de autoria, acostados aos autos, não deve neste momento a tese da defesa prosperar.

Quanto as qualificadoras, é ponto pacífico na jurisprudência que as mesmas só devem ser afastadas da pronúncia se não tiverem algum apoio na prova, ou seja, quando não tiverem qualquer fundamento, o que é diferente do caso em tela, pois os autos dão conta de que os acusados praticaram o delito por motivo torpe, uma vez que a vítima supostamente teria xingado a namorada de um dos réus, ainda, por meio para dificultar a defesa da vítima, uma vez que os relatos eram que foram três contra um, por fim, tem-se que os réus praticaram o delito com meio cruel, pois a vítima, corroborada pelos demais depoimentos, disse que foi arrastada pelo local, enquanto recebia dos golpes, desferidos pelos réus.

[...]

Dessa forma, nesta fase processual, diante das provas colacionadas, deixo de acolher as pretensões da defesa, e, conforme pleiteado pela acusação, pronuncio os denunciados ao Egrégio Tribunal do Júri, nos termos da denúncia.

Inconformadas, as partes interpuseram recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal *a quo* deu provimento para desclassificar suas condutas para o delito de lesões corporais, *in verbis* (fls. 452-455, grifei):

O recurso merece conhecimento, pois preenche regularmente os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade.

A presente insurgência recursal se refere à decisão proferida pelo Juízo Criminal da Comarca de Sengés que, nos autos de Ação Penal em questão, pronunciou os réus pelo crime de tentativa de homicídio triplamente qualificado por motivo torpe, meio cruel, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima (CP, 121, § 2º, incisos II, III e IV, c/c o artigo 14, inciso II), a fim de submetê-los a julgamento pelo Tribunal do Júri.

A pronúncia corresponde a um simples juízo de admissibilidade da acusação, a fim de que o réu seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, que detém a competência para a análise meritória exauriente nos crimes dolosos contra a vida. E para que o réu seja pronunciado é necessário que haja prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria ou de participação.

Depreende-se dos autos, entretanto, que a sentença de pronúncia não se escora em elementos constantes dos autos no tocante ao dolo de homicídio e merece reformada, porque proferida em desconformidade com os ditames constitucionais e mandamentos processuais penais.

E isto porque, para configuração do crime de homicídio é premente que ocorra uma agressão impulsionada pelo *animus necandi*, o que restou demonstrado ter ocorrido, já que é evidente nos autos que as agressões não perpetradas pelos Réus Leonardo e Cristiano não nutriam intento homicida, mas sim de lesões corporais.

Dos autos depreende-se que a vítima Vinícius estava no restaurante denominado “Padroeira” e teve desentendimento com o Réu Leonardo Lody, que xingou sua namorada. Minutos depois, Leonardo teria então retornado ao local junto com seu irmão Cristiano Lody (Réu) e seu pai Antônio Lody (Réu), quando foi iniciada a agressão física contra a vítima. Após atingido na cabeça, Vinícius correu e teve atendimento médico.

Importa ressaltar que o ofendido Vinícius Almeida da Cruz não teve lesões corporais graves pois, após ser agredido, foi levado ao Pronto Socorro Municipal de Sengés onde foi

realizada sutura no local, ficou sob observação e liberado no dia seguinte, sem nenhuma complicação, conforme se denota da ficha de atendimento ambulatorial (mov. 12.3).

Assim, **realizada cuidadosa análise da prova testemunhal e dos documentos coligidos nos autos é possível concluir que as lesões na vítima foram ocasionadas por ferimento na região da cabeça, porém não se tratou de tentativa de homicídio, pois se a morte fosse a intenção dos Réus, estes teriam consumado o crime.**

Neste ponto, colhe-se dos depoimentos das testemunhas de acusação que os 3 (três) Réus estariam no local e que, ao menos dois deles (Leonardo e Cristiano) teriam agredido a vítima, sendo certo que não havia impedimento algum para o crime de homicídio.

O Réu Antônio Lody, ao que se conclui das provas, estava presente e ao menos nada fez para impedir as agressões.

Afirma-se pela testemunha de acusação, Ernani Junior Nascimento que, no momento em que ocorriam as lesões, o Réu Cristiano teria vociferado para que ninguém se envolvesse na discussão, razão pela qual as pessoas que estavam no local se intimidaram e somente observaram, sem qualquer objeção.

Logo, verifica-se que os Réus não estavam portando arma de fogo, faca ou qualquer instrumento similar para matar a vítima, mas sim um pedaço de pau, cujo golpe no ofendido permitiu que este se levantasse do chão e saísse correndo, sem qualquer sequela posterior.

Insta frisar os relatos da própria vítima, a qual afirma ter discutido com o Réu Leonardo Lody minutos antes das agressões, porque teria xingado a sua namorada Milena. No relato deixou claro que somente Leonardo e Cristiano praticaram as agressões e não Antônio Lody e que ninguém se opôs a briga. Por fim, questionado pelo juiz quanto ao resultado das agressões, disse que saiu correndo, sangrando e, no hospital, recebeu alta no dia seguinte e um atestado médico para 1 (uma) semana.

Revela-se claro, reitere-se que, caso fosse a intenção de matar a vítima, a consumação do crime de homicídio seria certa, pois presentes estavam 3 (três) Réus, ao menos dois deles munidos de pedaço de pau, inexistindo impedimento de nenhuma pessoa que estava no local. Tais fatos foram confirmados pelas testemunhas de acusação Ernani Junior Nascimento, Edio Marques e Marlon Santos Kappke.

Insta ressaltar que os depoimentos das testemunhas são

controvertidos se todos os agressores estavam munidos com pedaço de pau e se o Réu Antonio Lody também teria cometido as agressões ou somente se omitido diante dos fatos. No entanto, quanto ao fato da ausência de impedimento da consumação do crime, as testemunhas são uníssonas.

Conclui-se assim, que as provas testemunhais apontam claramente para ocorrência do crime de lesões corporais, tendo em vista a intenção evidente dos Réus de agredir fisicamente a vítima. Contudo, considerando o contexto fático, não se revela o dolo do tipo penal de homicídio qualificado a justificar a pronúncia dos Réus.

[...]

Com efeito, imperioso, proceder-se a desclassificação da conduta dos Réus para o crime de lesões corporais, na forma do artigo 129, § 1º, do Código Penal.

O *Parquet* opôs embargos de declaração, que foram rejeitados, senão vejamos (fls. 503-504):

[...] não assiste razão ao Embargante, tendo em vista que se limitou, na verdade, a deslustrar as conclusões daquele julgado, acenando com a possibilidade de ter havido má apreciação da prova, circunstância essa que, como é evidente, não autoriza o reexame da causa, pela via eleita.

Em realidade, não demonstrou o Embargante a existência de qualquer obscuridade, contradição ou omissão no aresto atacado, senão procurou demonstrar, isto sim, que não houve valoração de algumas provas testemunhais produzidas no processo, as quais denotariam, sob a ótica exclusiva da acusação, que a alternativa correta do Colegiado Julgador seria confirmar a pronúncia dos Réus, conforme proferida em primeiro grau.

Ocorre, no entanto, que ditos Embargos de Declaração não se prestam a propiciar um reexame da controvérsia debatidas nos autos, posto que, bem ou mal, o indigitado julgado apreciou adequadamente os fatos ventilados pelas partes, dando a eles a solução que reputou como mais correta e jurídica.

[...]

Com efeito, analisando detidamente o v. acórdão, percebe-se que a 1ª Câmara Criminal deu ao caso concreto o tratamento que entendeu pertinente, com clareza. Portanto, apesar de o Embargante alegar a ocorrência de vícios - omissão, contradição e obscuridade -, a peça recursal restringe-se

apenas a atacar o posicionamento consignado no voto, contrário à tese da acusação.

A decisão é cristalina ao expor os motivos pelos quais desclassificou o delito para o de lesões corporais, tendo em vista que as provas, em nenhum ponto, denotam a intenção dos Réus de matar a vítima, mas somente de agredi-la.

Tampouco merece acolhimento o pedido de manifestação acerca de trechos dos depoimentos da vítima e de algumas testemunhas, pois não servem os aclaratórios para responder à questionários e pedidos de explicações formulados pela parte, quando o devido pronunciamento acerca da matéria tratada no recurso já fora devidamente emanado na ocasião do julgamento.

Por tais razões, não tendo tal recurso caráter infringente, pois que a tanto não podem ser alçados, sua rejeição é de rigor, consoante anotado em diversas manifestações pretorianas.

Novos aclaratórios foram opostos pelo órgão de acusação que, mais uma vez, foram rejeitados (fls. 546-548, destaques no original):

Em verdade, a irresignação do Ministério Público repete, em suma, os mesmos argumentos dos Embargos anteriores. Pretende a acusação que o acórdão supostamente esclareça, diante do teor dos relatos de diversas testemunhas e da própria vítima, quais foram as razões para a Câmara desclassificar o delito para o de lesões corporais.

Ocorre que, em análise das provas conjuntas, concluiu-se que evidentemente não havia *animus necandi*. Aliás convenceu-se do *animus laedendi* porque claramente a vítima **não** foi atacada para morrer, tanto que se levantou e saiu normalmente do local. No acórdão restou claro que os relatos das testemunhas não descrevem nenhuma ação que possa denotar a intenção de matar, daí porque o colegiado compreendeu pela desclassificação do delito.

Aliás, diferentemente do que aduz a acusação, não há contradição na decisão, pois em nenhum ponto admite-se o *animus necandi* e o dolo dos Réus não foi analisado de forma exauriente, pois é cristalino nos autos que o dolo dos agentes era o de praticar o delito de lesões corporais.

Nos termos do artigo 619, do CPP, o cabimento dos Embargos de Declaração resta condicionado a verificação das hipóteses em que a decisão embargada apresente qualquer espécie de **obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão**.

Diante disso, tem-se que a finalidade dos embargos de declaração, recurso com fundamentação vinculada, é apenas tornar clara a decisão, em face de eventual obscuridade ou ambiguidade, ou suprir omissão relativa a questões suscitadas pelas partes ou que devessem ser conhecidas de ofício ou, então, eliminar contradição existente entre partes do acórdão ou entre a fundamentação e seu dispositivo, jamais, porém, tem por objetivo rediscutir os fundamentos utilizados no acórdão, como quer o Embargante.

[...]

Logo, constata-se que o acórdão embargado possui clareza na fundamentação e, não apresenta, em seu teor, nenhuma omissão ou outro vício, como quer fazer crer o agente ministerial.

Desta forma, o embargante busca apenas a rediscussão de matéria amplamente debatida no acórdão embargado, importando em mero inconformismo com o resultado do julgamento.

Porém, não concordando o embargante com o julgamento proferido pela Câmara, é direito que lhe assiste divergir da decisão, podendo sua discordância motivar, eventualmente, a interposição, se cabível, de recurso para a superior instância, sendo vedado por intermédio de embargos de declaração obter nova decisão de questões que já foram examinadas e decididas de modo absolutamente claro.

Em realidade, não demonstrou o Embargante a existência de qualquer obscuridade, contradição ou omissão no aresto atacado, senão procurou demonstrar, isto sim, que não houve valoração de algumas provas testemunhais produzidas no processo, as quais denotariam, sob a ótica exclusiva da acusação, que a alternativa correta do Colegiado Julgador seria confirmar a pronúncia dos Réus, conforme proferida em primeiro grau.

No mais, cumpre reiterar o que foi consignado pelo colegiado, na decisão dos Embargos de Declaração anteriores no sentido de que ***"tampouco merece acolhimento o pedido de manifestação acerca de trechos dos depoimentos da vítima e de algumas testemunhas, pois não servem os aclaratórios para responder à questionários e pedidos de explicações formulados pela parte, quando o devido pronunciamento acerca da matéria tratada no recurso já fora devidamente emanado na ocasião do julgamento."*** Por tais razões, não tendo tal recurso caráter infringente, pois que a tanto não podem ser alçados, sua rejeição é de rigor, consoante anotado em

diversas manifestações pretorianas.

Como se observa, o Tribunal *a quo*, ao examinar o contexto fático, concluiu pela ausência de *animus necandi* e, por isso, procedeu a desclassificação do delito. No ponto, ganha importância a afirmação constante do acórdão de que os réus, caso tivessem a intenção de matar, teriam prosseguido com seu intento, uma vez que, apesar de haver várias pessoas no local, todas somente observaram, sem nenhuma objeção. Realçou o *decisum*, ainda, que os acusados "não estavam portando arma de fogo, faca ou qualquer instrumento similar para matar a vítima, mas sim um pedaço de pau, cujo golpe no ofendido permitiu que este se levantasse do chão e saísse correndo, sem qualquer sequela posterior" (fls. 553-554).

Acrescente-se a esse quadro, o relato do ofendido que, "questionado pelo juiz quanto ao resultado das agressões, disse que saiu correndo, sangrando e, no hospital, recebeu alta no dia seguinte e um atestado médico para 1 (uma) semana" (fl. 454). Por isso, penso que a conclusão a que chegou a Corte de origem acerca da ausência de *animus necandi* não se mostra absurda ou desarrazoada, a justificar, sem a necessidade de reexame de todo o material cognitivo, o restabelecimento da pronúncia dos réus, como pretende o *Parquet* (incidência da **Súmula n. 7 do STJ**).

Contrario sensu, aplicável o firme entendimento deste Superior Tribunal, segundo o qual "a desconstituição do julgado, no intuito de abrigar o pleito defensivo de desclassificação da conduta, não encontra espaço na via eleita, porquanto seria necessário aprofundado revolvimento do contexto fático-probatório, providência incabível em recurso especial, conforme já assentado pelo enunciado n. 7 da Súmula desta Corte" (**AgRg no AREsp n. 1.013.330/TO**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 3/10/2108).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**